

Revisão do orçamento para 1990 vai a plenário na próxima semana

por Marta Salomon
de Brasília

Deputados e senadores estão prestes a conseguir US\$ 3 bilhões do Orçamento da União para financiar projetos em suas bases eleitorais. Este foi o montante de recursos anteriormente destinados a despesas urgentes e imprevisíveis deslocados da "reserva de contingência" do governo para o atendimento de emendas apresentadas pelos parlamentares ao projeto de revisão orçamentária de 1990, aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso.

A operação ganhou ontem o aval decisivo da Comissão Mista de Orçamento e irá ao plenário do Congresso na próxima semana. A comissão aprovou ainda "cheque em branco" ao Poder Executivo para alocar recursos arrecadados em excesso pelas empresas públicas e fundações.

"É uma grande liberdade ao governo", admitiu o presidente da comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). Para o deputado, a baixa frequência dos parlamentares em Brasília neste segundo semestre justifica a delegação de poderes. "Nós não teremos condições de examinar projetos de créditos todos os dias. Todos os parlamentares estão em campanha", afirmou. Sobre o excesso de arrecadação do Tesouro



Cid Carvalho

Nacional (impostos e contribuições), a liberdade do governo se limita a 20% dos recursos que poderão ser aplicados sem autorização do Congresso.

As decisões da Comissão Mista de Orçamento podem tranquilizar o governo, que aposta na meta de um superávit de 1,65% do PIB no orçamento deste ano, contra o déficit previsto antes da revisão. Segundo a liderança do governo no Congresso, a "reserva de contingência" tinha uma folga intencional para receber emendas dos parlamentares. Dos Cr\$ 8,7 bilhões propostos originalmente, a reserva deverá ficar reduzida a pouco mais de Cr\$ 5 bilhões. "As mudanças não atrapalham as expectativas do governo", confirmou o relator da comissão, deputado João Alves (PFL-BA).

Aliado do governo, João Alves duvida, no entanto, que as contas submetidas ao Congresso resistam até dezembro. "Eu aposto que não vai chegar a dois meses, muito menos ao final do ano", afirmou o deputado.

Uma nova revisão orçamentária é esperada no Congresso para ajustar não apenas as despesas mas as receitas à inflação já registrada. O governo fez a atual revisão contando com inflação zero no segundo semestre.

João Alves não divulgou ainda a relação das emendas que serão acatadas nem o seu custo exato. Das quase 1,7 mil emendas apresentadas por parlamentares, 400 deverão ser incluídas no orçamento. Parte delas será debitada da reserva de contingência e outra parte entra como indicação detalhada de dotações genéricas já previstas pelo governo.

As emendas são, em sua maioria, obras nas bases eleitorais dos deputados e senadores, como estradas, pontes, açudes, postos de saúde, ginásios de esportes e escolas. As emendas que beneficiam a região Nordeste tiveram preferência, informou o relator. O uso das emendas na campanha eleitoral foi confirmado pelo deputado Israel Pinheiro Filho (PRS-MG), que bateu o recorde ao apresentar 165 propostas ao orçamento de obras para municípios mineiros.

O parecer aprovado ontem só deverá ser conhecido em detalhes na próxima terça-feira, quando o projeto da revisão orçamentária chegar ao plenário para ser votado junto com a política salarial. O comportamento inédito da comissão — de aprovar um parecer que ainda não está pronto — foi atribuído ao ritmo da campanha eleitoral. "Não podemos correr o risco de o Congresso ficar com o ônus de um eventual emperramento da máquina administrativa", explicou Cid Carvalho, que deu o projeto por aprovado sem o quórum mínimo necessário à votação.

No plenário, são pequenas as chances de mudanças no parecer já aprovado pela Comissão Mista de Orçamento. João Alves decidiu não aceitar as emendas apresentadas pelo deputado José Serra (PSDB-SP) e que limitavam a liberdade do Poder Executivo para executar o orçamento. "Se ele fosse governo, não pensaria assim", justificou o relator.

Serra propôs limitar a aplicação sem autorização do Congresso de recursos arrecadados diretamente pelas estatais e fundações. "Não se justifica a liberdade total para a abertura de créditos à conta de todas as fontes não fiscais", ponderou o deputado. Serra supõe ainda que o governo vá deixar de fora do orçamento as operações de rolagem da dívida pública.